

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA DA 77ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 01 de agosto de 2016

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de 2016, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni, 05, Santo André (SP), às 9h, realizou-se a Septuagésima Sétima Assembleia Geral Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos de São Caetano do Sul, PAULO PINHEIRO; de Mauá, DONISETTE BRAGA e de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA, e da Vice Prefeita de Santo André, OSWANA FAMELI. Ausentes os prefeitos dos municípios de Diadema, LAURO MICHELS e de Ribeirão Pires, SAULO BENEVIDES. Presentes também os assessores regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires.

INÍCIO – O Presidente Luiz Marinho iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Em seguida o Secretário Executivo, Luis Paulo Bresciani, dá início à pauta, com o primeiro ponto que se referiu ao COMITÊ DE PROGRAMA HABITAÇÃO, com a Apresentação Preliminar do Diagnóstico Habitacional Regional. O Secretário Executivo destaca que o trabalho se iniciou em maio de 2015, sendo o primeiro produto integralmente concluído por meio de Termo de Cooperação Técnico-Científica do Consórcio Intermunicipal Grande ABC com a Universidade Federal do ABC (UFABC). Com a palavra a Professora Rosana Denaldi, coordenadora do estudo pela UFABC e acompanhada pela Professora Luciana Ferrara, inicia sua apresentação agradecendo às equipes municipais e também ao Consorcio, destacando que a pesquisa é inédita e também o fato de não trabalhar apenas com informações do IBGE. De acordo com ela, o que temos de inovador é que, além do dado do Censo, utilizamos os dados dos municípios e tornou-se possível produzir uma informação mais precisa sobre o problema estudado, com maior detalhamento. Em seguida apresenta uma síntese do estudo, ora relatada. O documento final será encaminhado a todos os municípios e também será disponibilizado no site do Consórcio. Durante a elaboração do diagnóstico foram realizadas duas oficinas regionais, diversas reuniões municipais e 83 visitas técnicas. O estudo passará agora por revisão e finalização e em setembro será entregue o relatório final. O diagnóstico sobre a situação habitacional no Grande ABC aponta um déficit de 230 mil moradias nas sete cidades. Em toda região, o número do déficit quantitativo, isto é, de moradias que precisam ser construídas ou disponibilizadas, totaliza 100.362. Em relação ao déficit habitacional qualitativo, relacionado à carência de infraestrutura básica (saneamento, energia elétrica, coleta de lixo, entre outros), o número é de 129.714 moradias nessa condição. Em relação aos assentamentos precários, o diagnóstico aponta a necessidade de regularizar 707 núcleos, sendo que 376 destes necessitam também de urbanização. No caso da produção de novas moradias, como foi dito o total é estimado em 100.362 domicílios, sendo 36.502 dentro de assentamentos precários e 63.860 fora deles. Com isso, a disponibilização de terras para as necessidades habitacionais do ABC soma 6,4 milhões de metros quadrados. Explica que as necessidades habitacionais contempladas no estudo são referentes a segmentos populacionais de renda familiar mensal de até três salários mínimos, portanto, podem ser incluídos nos programas de Habitação de Interesse Social e receber recursos do poder público. A diminuição do déficit envolve recursos que

precisam de levantamento de custos, além do cadastramento e das famílias para se regularizar a situação. Os 226 assentamentos precários classificados como “em andamento” encontram-se em diferentes estágios do processo de regularização. Estágio Inicial: quando foi realizado para o assentamento um levantamento de dados e informações sistematizadas com o intuito de se promover a regularização fundiária (através de diagnóstico fundiário, levantamento planialtimétrico cadastral ou outro documento técnico similar, e cadastro das famílias). Estágio Intermediário: Quando o plano/projeto de regularização fundiária foi aprovado no âmbito municipal. A pesquisa denominou plano de regularização fundiária o que normalmente é chamado pelas prefeituras como projeto de regularização. Entende-se o projeto de regularização nos termos do que foi estabelecido no artigo 51 da Lei Federal 11.977/2009. Estágio Avançado: Se foi dada entrada em cartório do processo de regularização do assentamento. As informações foram levantadas nos PLHIS e levantamentos subsidiários à elaboração dos planos locais; Leis de zoneamento ou leis específicas de ZEIS/AEIS; Bancos de dados municipais: planilhas de monitoramento e controle de intervenções em andamento; Interpretação de imagens de satélite e geoprocessamento; cadastros do programa “Cidade Legal”; cadastramento de remoções (risco, ocupação de área pública) e vistorias de campo. Por fim, a professora Rosana Denaldi relata que na última oficina realizada com os técnicos municipais foram levantadas algumas questões sobre os desafios e necessidades apontadas, tais como compreender e debater as informações produzidas pelo diagnóstico (apropriação); produzir e atualizar informações; capacitação para promover a regularização fundiária; apoio para elaborar ou aprimorar marcos regulatórios; debater o tema do licenciamento ambiental estadual e investir na organização institucional. Apresenta ainda uma série de recomendações da UFABC para os municípios e para o Consórcio: Produção de informações municipais (elevar a qualidade da informação municipal produzida); Produção de diagnósticos (a exemplo do mapeamento e caracterização dos assentamentos precários e irregulares) e estruturação de sistemas de informações em âmbito municipal e regional; Organização ou reforma institucional (integração das ações da política habitacional); Formação e capacitação de equipes municipais; aprofundamento no debate das estratégias, padrões e metodologias de urbanização de assentamentos precários. Em seguida encerra sua apresentação. Com a palavra o Presidente do Consórcio, Prefeito Luiz Marinho agradece o desempenho pelo trabalho e questiona sobre o envolvimento das equipes técnicas nas oficinas. Rosana Denaldi responde que de uma forma geral todos os municípios contribuíram, porem alguns municípios tem uma equipe técnica menor por isso o grau de envolvimento não é o mesmo. Com a palavra a coordenadora do Comitê de Programa Habitação do Consórcio, Tássia Regino (São Bernardo do Campo), reforça que o diagnóstico representa uma metodologia inédita sobre a questão, por reunir dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e mapeamentos mais recentes dos municípios, dimensionando os problemas de uma forma mais apropriada. Foi um trabalho produzido a muitas mãos, feito junto às sete cidades com a coordenação da UFABC, que produziu um retrato bastante adequado do que é a realidade regional em termos da dinâmica habitacional. Fala sobre o envolvimento dos municípios, se dizendo menos otimista, mas relata que temos um conjunto de informações muito bem produzido, mas isso é uma ferramenta e que alguns municípios precisam de um envolvimento maior, de um corpo técnico com mais foco e de mais rigor para a

sequencia do trabalho. Relata que Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e Mauá irão precisar muito apoio do Consorcio para desenvolver a segunda etapa do projeto e elevar o nível de prioridade. Com a palavra o Prefeito de Rio Grande da Serra, Gabriel Maranhão, classifica o trabalho como mais uma conquista de vanguarda da entidade regional. O estudo é um diagnóstico qualitativo e quantitativo da realidade habitacional da nossa região, que tem características econômicas e históricas tão distintas entre as cidades. Concluindo, a professora Rosana Denaldi esclarece que o trabalho passará por uma revisão final de texto para então ser definitivamente encaminhado ao Consórcio e aos municípios.

O ponto seguinte da pauta se refere ao GT TURISMO - Balanço do 1º Congresso Brasileiro de Turismo Industrial e Ampliação do Programa Regional de Turismo Industrial. Com a palavra o coordenador do GT Turismo, Fernando Bonisio, inicia sua apresentação agradecendo o apoio do Consorcio na transformação do turismo em nossa região e em seguida apresenta os resultados do Congresso Brasileiro de Turismo Industrial, realizado em julho em parceria com a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e o Senac. O evento reuniu gestores, empresários, estudantes e profissionais do setor, com quase 500 participantes de 29 municípios, vindos de cinco estados brasileiros, além da troca de experiências internacionais como as desenvolvidas em Portugal. No encerramento do Congresso, em 15 de julho, o ingresso de outras duas empresas já havia sido anunciado: a Cervejaria Balmann, também de Santo André, e a fábrica da Alumbra Materiais Elétricos, de São Bernardo do Campo, o que eleva a 15 o número de empresas do roteiro. A participação da Unipar Carbocloro, do município de Cubatão, na Baixada Santista, como 16ª parceira, também foi aprovada pelos prefeitos. Desenvolvido desde agosto de 2013 em São Bernardo do Campo, o programa de Turismo Industrial já recebeu 3,5 mil pessoas em 250 visitas monitoradas a fábricas, incluindo delegações internacionais dos Estados Unidos, Peru, Uganda e Índia. A ideia é expandir o roteiro para os sete municípios, aproveitando o pioneirismo e a oportunidade do segmento na região, berço da industrialização do país. As 12 empresas que já são parceiras do projeto Turismo Industrial em São Bernardo do Campo receberam homenagens pelas contribuições à cidade e à região. Com o objetivo de estimular desafios e oportunidades no turismo das indústrias, setor que caracteriza o pioneirismo na região. O Congresso tratou assuntos em painéis de debate, palestras, apresentações de especialistas do setor e visitas às fábricas que fazem parte do projeto Turismo Industrial da Prefeitura de São Bernardo: Masipack, Volkswagen, Mercedes-Benz e Wheaton. O Congresso promoveu uma série de discussões simultâneas em salas temáticas sobre "A Qualificação Profissional para o Turismo"; "Patrimônio Industrial"; "Compartilhando Experiência Internacional – o caso da Viarco de Portugal"; "Operacionalização do Turismo Industrial – como bem receber"; e "Turismo Industrial: Cases de sucesso no Brasil e no mundo e a proposta de regionalização no Grande ABC". O destaque da programação foi o debate sobre a ampliação da experiência de São Bernardo do Campo neste segmento turístico para as demais cidades da região. Também foi apresentado um case internacional pela coordenadora do programa de Turismo Industrial da área em São João da Madeira (Portugal), Alexandra Alves. A cidade iniciou suas atividades neste segmento em 2012, com um aporte de cerca de 600 mil euros na estruturação das empresas que se tornariam parceiras do projeto, para que tivessem condições que receber os visitantes. Desde então, mais de 95 mil pessoas passaram pelas seis fábricas

e quatro instituições participantes do projeto. Deste total, cerca de 70% são estudantes. Os próximos passos da ampliação do turismo industrial no Grande ABC envolvem a contratação, pelo Consórcio, de consultoria para mapeamento do potencial da região no segmento. O convênio de consultoria foi assinado há cerca de dez dias e, com base na experiência de São Bernardo do Campo, vai apresentar as possibilidades e oportunidades para as demais cidades, uniformizando o caráter regional, em uma parceria única, com normatização, abordagem e procedimentos padronizados. A unidade de Santo André da petroquímica Braskem deverá fazer parte do Roteiro de Turismo Industrial do ABC, com visitas a partir de 2017. A Braskem é a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas. Com 36 plantas industriais distribuídas pelo Brasil, Estados Unidos e Alemanha, a empresa produz anualmente mais de 16 milhões de toneladas de resinas termoplásticas e outros produtos petroquímicos. Maior produtora de biopolímeros do mundo, a Braskem tem capacidade para fabricar anualmente 200 mil toneladas de polietileno derivado de etanol de cana-de-açúcar. Para o roteiro em sua planta de Santo André, a empresa disponibilizará ônibus que sairá da sede do Consórcio. A visita inaugural deverá contar com a presença dos prefeitos e está prevista inicialmente para setembro. Também nos próximos meses ocorrerá a assinatura oficial da parceria e o planejamento para a agenda de 2017. O Presidente Luiz Marinho ressalta que é importante introduzir o tom de regionalidade a cada produto turístico, citando que além do roteiro de turismo industrial, a região pode focar nos roteiros gastronômico, ambiental, religioso, no recente Circuito Regional do Cambuci e até mesmo na produção de vinhos existente na região, mas ainda pouco conhecida, agradecendo ao GT Turismo pelo trabalho realizado.

O terceiro ponto versou sobre o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO e a elaboração do PDUI (Plano Diretor Metropolitano). Com a palavra, o Diretor de Programas e Projetos, Hamilton Lacerda, fala sobre o CDM, responsável pela implementação do disposto no Estatuto da Metrópole e consequentemente da elaboração do PDUI, no prazo de Janeiro de 2018. Informa que o Comitê Executivo já definiu calendário até 31/12/2016, e a seguir temos quatro desafios para este período: articular a participação do Ministério Público no acompanhamento do Processo, estando prevista reunião na tarde de hoje (01/08/2016) com o Procurador Geral Gianpaolo Smanio e um seminário com o conjunto dos procuradores dos municípios da RMSP em 09/09/2016; a realização dos debates técnicos sobre as funções públicas de interesse comum no âmbito das sub-regiões; a realização das oficinas I e II com os gestores municipais em cada uma das regiões; a realização das audiências públicas regionais para debate das propostas apresentadas com a participação de todos os atores sociais, em particular, os representantes da sociedade civil; a eleição dos representantes da Sociedade Civil para compor a Instância Participativa Deliberativa; a elaboração de diretrizes mínimas para a futura elaboração do projeto de lei do PDUI nos temas Governança Metropolitana; Financiamento das ações metropolitanas; Macrozoneamento Metropolitano, que devem ser submetidas para aprovação final do CDM.

Passando ao ponto seguinte, o Secretário Executivo apresenta a proposta para o contrato de rateio que configura o ORÇAMENTO 2017. O Secretário Executivo inicia registrando as pendências nos repasses dos municípios e protocola junto aos assessores regionais os ofícios informando os valores atualizados até 31/07/2016. Em

seguida inicia a apresentação da PROPOSTA PARA O ORÇAMENTO 2017, que mantém o percentual de 0,5% das receitas líquidas correntes, com base no comportamento das receitas municipais verificado em 2015, ficando o valor global estabelecido em R\$ 26,99 milhões distribuídos conforme tabela registrada abaixo.

	Receitas Ordinárias 2015 (a)	% Custeio (c) c = (a/b)
Santo André	759.201.776,38	14,06256343%
São Bernardo do Campo	2.415.114.671,78	44,73475210%
São Caetano do Sul	799.982.520,35	14,81793811%
Diadema	748.577.291,93	13,86576794%
Mauá	526.973.498,29	9,76103913%
Ribeirão Pires	115.874.132,70	2,14631655%
Rio Grande da Serra	33.019.945,67	0,61162275%
Total Receitas (b)	5.398.743.837,10	100,00%

Receita Consórcio para 2017		
Aprovado Assembléia	% s/ Total Receitas (d)	Orçamento 2016 (e) e = b*d
	0,50%	26.993.719,19

	Custeio (c) %	Cota do Ente (e*c)
Santo André	14,06256343%	3.796.008,88
São Bernardo do Campo	44,73475210%	12.075.573,36
São Caetano do Sul	14,81793811%	3.999.912,60
Diadema	13,86576794%	3.742.886,46
Mauá	9,76103913%	2.634.867,49
Ribeirão Pires	2,14631655%	579.370,66
Rio Grande da Serra	0,61162275%	165.099,73
		26.993.719,18

Deliberação: a Assembleia aprova o valor apresentado.

Dando sequência, o Presidente Luiz Marinho destaca a importância de se resolver o tema da inadimplência do município de Diadema, que vem sendo discutido com o gabinete do Prefeito Lauro Michels. Com a palavra, o Secretário de Finanças de Diadema, Sr. Francisco Rocha, relata a dificuldade que o município vem enfrentando para cumprir seus compromissos junto ao Consórcio, sugerindo como alternativa consolidar a dívida existente e pagar a partir de setembro, com um prazo máximo de 48 meses. O Presidente Luiz Marinho reitera que a inadimplência pode resultar em sanções ao município e ao próprio Prefeito de Diadema, reforçando que o município está inadimplente desde 2014. Declara que o mais importante é que o parcelamento seja cumprido, o que não ocorreu nos parcelamentos anteriormente firmados. Ressalta que todos os municípios enfrentam as mesmas dificuldades financeiras, mas é fundamental manter o compromisso com o Consórcio, garantindo seu funcionamento. O Secretário Executivo informa que a inadimplência dos municípios foi um dos apontamentos do Tribunal de Contas durante a fiscalização realizada em maio do corrente ano, e o município de Mauá foi formalmente questionado pelo BNDES sobre o tema, durante a análise de um pleito no programa PMAT. Deliberação: o Presidente

Luiz Marinho solicita que o município de Diadema formalize a proposta oficialmente para que se providenciem os termos de parcelamento.

Por fim, o Secretário Executivo passa aos informes e agenda futura, relatando os seguintes eventos programados: 1. Formatura da 1ª turma do Centro Regional de Formação em Segurança Urbana, dia 27/07, às 14h30. 2. 2ª Reunião Preparatória do 14º Congresso de História do Grande ABC, dia 03/08, das 14h às 17h, na sede do Consórcio. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luiz Marinho deu por cumprida a ordem do dia e encerrou a Assembleia Geral, às 12 horas, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Excelentíssimos Senhores Prefeitos. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.

Região do Grande ABC, em 01 de agosto de 2016.

Prefeitos presentes na 77ª Assembleia Geral Ordinária.

LUIZ MARINHO

Presidente

Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

OSWANA FAMELI

Vice Prefeita de Santo André

PAULO PINHEIRO

Prefeito de São Caetano do Sul

DONISETE BRAGA

Prefeito de Mauá

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA

Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI

Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 77ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.